

**OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE****Criminalidade branca e abstenção**

Os partidos do “arco da governação” têm experiência de governação, mas também responsabilidade pela degradação ética



**Carlos Pimenta**

1. “Prescreveu a coima contra Jardim Gonçalves”, “processo do Ministério Público prescrito”, “erro processual anula julgamento”, “nunca foi constituído arguido”, “só 6% de condenações por corrupção”, “milhões defraudados, usufruídos em liberdade”, “a SLN, ex-dona do BPN, agora Galilei, desdobra-se em negócios como se não existisse a dívida ao Estado de mais de 1,3 mil milhões de euros”, “até receber financiamento do Estado”. “Envolvidos, directa ou indirectamente, em escândalos financeiros são promovidos politicamente”. “Suspeitas fundadas nunca são investigadas”. Perdões fiscais lavam dinheiro a baixo custo. Isenções fiscais, legais, lesam os interesses do país. Os submarinos só romperam na Alemanha e na Grécia, não por terras lusas.

Eis fraudes, e crimes, de colarinho branco. Uma criminalidade que impregna algumas elites, bem inseridas nos centros de decisão político-económica e do jogo de influências. Com uma mão fazem leis e aplicam-nas e com a outra defraudam.

Uma situação que revela profundas desigualdades sociais. Os crimes de uns, impunes, são pagos por quem os não cometeu. É a “luta de classes”!

2. São situações que os portugueses conhecem bem.

A dignidade e a honra do país não têm boa classificação. O Banco Mundial revela, entre 1996 e 2008, uma notória degradação no controlo da corrupção. O Índice da Transparência Internacional explicita a continuação dessa situação.

Poucos são os corruptos, mas ciclópico o seu poder em terras lusas. Somos lacaios e mestres de uma dinâmica mundial de desagregação da coesão social.

“Tudo é melhor nos EUA, vejam a celeridade no caso Madoff”, dizem alguns. Contudo esquecem que duran-

te muitos anos as autoridades fizeram vista grossa às evidências de fraude, que muitas dezenas de madoffezinhos não foram condenados, que o processo ainda não está inteiramente terminado, que os especuladores do subprime foram politicamente promovidos.

A criminalidade internacional organizada de colarinho branco é inerente às situações de forte desigualdade económica e social, de degenerescência ética, alimentada pela ideologia da soberania dos mercados, usufruindo plenamente da mundialização. É um poder em ascensão durante a actual crise, graças à sua liquidez e ao empobrecimento social, político, cultural, ético e simbólico da sociedade.

A lei está mais preparada para defender a propriedade que para a combater, mesmo que ilegitimamente obtida.

3. É uma responsabilidade “do sistema” que tem rostos e exige a intervenção de todos e cada um. É uma situação universal que devemos combater aqui e agora. A acção de cada um será diferente, mas há um elo que nos une: a construção de um Estado que sobre-determine o económico, que não seja

dominado pelos interesses dos poderes económicos dominantes.

A liberdade política e social é condição indispensável, mas a democracia pode, sob a capa de “cada homem um voto”, encobrir “cada euro um voto”. Que cada um se certifique, não aceitando o discurso único de que não vota nos que objectivamente são contra si. Os partidos do “arco da governação” - com diferentes posturas, por razões institucionais e pessoais - têm experiência de governação, mas também responsabilidade pela degradação ética. A alternância tem ensinado a uns e outros o acesso às “portas giratórias” e construído “telhados de vidro”. Criar o novo exige estruturas, posturas e o voto. Exige encontrar as formas de institucionalização da abstenção que expressa o desencanto e o descontentamento.

*Escreve à sexta-feira*



**OBEGEF**  
Observatório de Economia  
e Gestão de Fraude



**País mal visto no Índice de Transparência Internacional**

**APOCALIPSE**

**JOSÉ DIOGO  
MADEIRA**

**Agora!**

O Movimento das Forças Armadas conseguiu a proeza de reduzir o seu programa a três D's: democracia, desenvolvimento e descolonização. Mas 40 anos volvidos desde o 25 de Abril de 1974, o tiro saiu-lhes pela culatra. Politicamente, passamos de um regime de partido único, para um regime único de partidos. Quer dizer, em Portugal são os partidos que controlam tudo: os governos, os deputados, as autarquias, as empresas públicas, os tribunais Constitucional e de Contas, a CNE, a ERC e até a Presidência da República. A monopolização da vida política é tão grande, que até os próprios capitães de Abril (que abriram a via democrática que deu espaço aos partidos) são chutados sem cortesia para fora da Assembleia da República e se vêm na necessidade, para poderem falar, de voltar ao Largo do Carmo. Economicamente, o salário mínimo é agora inferior (em preços reais) ao praticado antes de 1974 e os desequilíbrios entre os mais ricos e os mais pobres agravam-se velozmente. Sobre a emigração, que sangrava o país salazarento, invoque-mos o que se passa hoje com os jovens diplomados. Na descolonização, se há 40 anos cedíamos às províncias ultramarinas a sua autodeterminação, agora lutamos para nos livrarmos da troika e dos interesses financeiros internacionais que nos governam. Portugal é um país que perdeu a sua soberania e vive no limbo - por um lado somos uma república em que, constitucionalmente, a “soberania reside no povo”, por outro lado quem manda são os burocratas estrangeiros do FMI e da União Europeia, para proveito de meia dúzia de homens de negócios indígenas. Não foi, com certeza, para este triste retrato e retrocesso que se fez o 25 de Abril. Mas a culpa tanto é de quem manipulou e roubou os portugueses ao longo das últimas décadas, como dos portugueses que ficaram - num estado de anestesia colectiva - a assistir a tanta e sucessiva pilhagem. Da mesma forma que o MFA conseguiu fazer uma transição pacífica da ditadura para a democracia, é tempo de agora fazermos algo poderoso e tranquilo pelo nosso destino colectivo.

*Escreve à sexta-feira*